

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DO IVA

Ofício n.º: 30129 de 2011-10-03
Processo: 2011 006785
Entrada Geral:
N.º Identificação Fiscal (NIF): 770004407
Sua Ref.ª:
Técnico:
Cód. Assunto: T120A
Origem: 10

Exmos. Senhores

Subdirectores-Gerais
Directores de Serviços
Directores de Finanças
Chefes de Finanças
Coordenadores das Lojas do Cidadão
Coordenador do CAT

Assunto: IVA - ELECTRICIDADE E GÁS NATURAL
REVOGAÇÃO DAS VERBAS 2.12 E 2.16 DA LISTA I ANEXA AO CIVA

1. Em suplemento ao Diário da República n.º 189, I Série, de 30 de Setembro de 2011, foi publicada a Lei n.º 51-A/2011, de 30 de Setembro, que revoga as verbas 2.12 e 2.16 da Lista I anexa ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA).

Deixam, assim, de beneficiar da taxa reduzida, passando a ser tributados à taxa normal, a electricidade e o gás natural.

As referidas alterações entram em vigor no dia 1 de Outubro de 2011.

2. No que se refere à aplicação da Lei no tempo, de harmonia com o estabelecido no n.º 9 do artigo 18.º do CIVA, a taxa aplicável é a que vigora no momento em que o imposto se torna exigível, em conformidade com as regras constantes dos artigos 7.º e 8.º do citado Código.
3. Não obstante, no caso das transmissões de bens de carácter continuado resultantes de contratos que dêem lugar a pagamentos sucessivos e de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 51-A/2011, a alteração da taxa apenas se aplica às operações realizadas a partir de 01.10.2011, derrogando-se, para este efeito, o disposto no n.º 3 do artigo 7.º e no n.º 9 do artigo 18.º do Código do IVA.

Assim, por exemplo, se houver lugar à emissão de uma factura em 16.10.2011 que englobe operações de carácter continuado que tenham lugar antes e depois de 01.10.2011, as efectuadas em data anterior a 01.10.2011 são tributadas à taxa de 6% (4% nas Regiões Autónomas) e as efectuadas a partir de 01.10.2011 (inclusivé) serão tributadas à taxa de 23% (16% nas Regiões Autónomas), sem prejuízo de constarem da declaração periódica referente ao período em que foi emitida.

Com os melhores cumprimentos.

O Director-Geral dos Impostos



(José A. de Azevedo Pereira)